



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
CURSO DE LICENCIATURA EM FILOSOFIA

A filosofia e seu ensino: história e questões metodológicas

Gabriel da Silva Velozo

SEROPÉDICA

Fevereiro/2023

Gabriel da Silva Velozo

A filosofia e seu ensino: história e questões metodológicas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciatura, junto ao Curso de Graduação em Filosofia, do Instituto de Ciências humanas e Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica.

Orientador: Prof. Dr. Francisco José Dias de Moraes

SEROPÉDICA

Fevereiro/2023

Gabriel da Silva Velozo

A filosofia e seu ensino: história e questões metodológicas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do título de Licenciatura, junto ao Curso de Graduação em Filosofia, do Instituto de Ciências humanas e Sociais, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Francisco José Dias de Moraes

UFRRJ- Seropédica

Orientador

Prof. Dr. Wanderley da Silva

UFRRJ- Seropédica

Prof. Dr. Dalton José Alves

UNIRIO- Rio de Janeiro

SEROPÉDICA

Fevereiro/2023

Dedico esse trabalho

Aos meus pais e ao meu amor Sol.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, que sempre demonstrou orgulho por mim e sempre me fez sentir que eu era capaz de chegar aonde cheguei e ir mais além, ao meu pai que sempre esteve presente e me incentivou a não desistir, que sempre me fez sentir que eu tinha potencial para alcançar grandes coisas. Agradeço também à Sol, meu amor, por estar nos meus melhores e nos meus piores dias, por todo o amor, carinho e apoio nas horas difíceis.

Agradeço aos meus ancestrais por toda a luta, por todo esforço e por não desistirem com o sonho de que as futuras gerações pudessem ter dias melhores nesse país, a luta deles será honrada.

Agradeço também a todos os professores que me estiveram comigo até aqui, que me incentivaram e aconselharam, que me fizeram sentir importante.

Deixo meus agradecimentos também ao meu orientador Francisco, por embarcar nessa jornada comigo, por ser um grande amigo que me auxiliou sempre que eu precisei.

Agradeço à todas as minhas amigas por tornar esse percurso na universidade agradável e por criar um ambiente cheio de amor e cuidado no qual eu pudesse sempre ter um refúgio para os dias em que a graduação pesou.

Agradeço a Beyoncé por ser uma grande fonte de inspiração de força e perseverança.

E um agradecimento especial para mim mesmo por ter dado tão duro nessa caminhada.

RESUMO

Com a implementação do Novo Ensino Médio no país, o ensino de filosofia sofre mudanças significativas no currículo. Dentre essas mudanças uma das que mais chamam a atenção é a perda da sua obrigatoriedade a partir do segundo ano de estudo. Esse acontecimento traz à comunidade filosófica amargas lembranças de um passado, não muito distante, no qual a situação da disciplina por muito tempo foi incerta e instável dentro dos programas de ensino. Não que a situação da disciplina antes dessa reformulação fosse a ideal, mas houve avanços e com essa reestruturação muito do que foi conquistado volta ao lugar de insegurança. Analisando a história da filosofia no país pode-se observar o quanto a disciplina se sustentou através de muita luta para que permanecesse e isso abre espaço para que o questionamento a respeito da importância dessa disciplina para a formação dos estudantes seja feito. Se a filosofia fosse algo irrelevante para a formação dos jovens brasileiros ela por certo seria tirada do currículo, mas ao longo de sua história por muitas vezes ela foi incluída como necessária e retirada por “gerar incômodos”, nas duas situações a disciplina mostra que existe alguma relevância em sua presença, caso o contrário não haveria motivos para tanta luta. Com o propósito de somar mais uma dentre tantas pesquisas que corroboram para a defesa da filosofia dentro dos currículos do ensino médio brasileiro, o presente trabalho tem por objetivo examinar a importância social e política da disciplina para a formação do estudante no ensino médio, a fim de entender como o exercício filosófico é indispensável para a formação de um indivíduo e como o profissional docente e o próprio currículo da disciplina se encaixam nesse contexto.

Palavras-chave: Educação; Novo Ensino Médio; Ensino de filosofia

ABSTRACT

With the implementation of the New High School in Brazil, the teaching of philosophy has undergone significant changes in the curriculum. Among these changes, one of the most striking is the loss of its compulsory nature from the second year on. This event brings back to the philosophical community bitter memories of a not so distant past, in which the situation of the discipline for a long time was uncertain and unstable within the teaching programs, not that the situation of the discipline before this reformulation was ideal, but there was progress, and with this restructuring, much of what was conquered returns to a place of insecurity. Analyzing the history of philosophy in the country, it can be observed how the discipline was sustained through much struggle in order to remain, and this opens space for the questioning of the importance of this discipline for the education of students. If philosophy was something irrelevant for the education of young Brazilians, it would certainly be removed from the curriculum, but throughout its history, many times it has been included as necessary and removed for "causing discomfort", in both situations, the subject shows that there is some relevance in its presence, otherwise there would be no reason for so much struggle. With the purpose of adding one more among the many researches that corroborate for the defense of philosophy in the Brazilian high school curricula, this paper aims to examine the social and political importance of the subject for the formation of the student in high school, in order to understand how the philosophical exercise is indispensable for the formation of an individual, and how the teaching professional and the curriculum of the subject itself fit into this context.

Keywords: Education; New High School; Philosophy Teaching

SUMÁRIO

I.	Introdução.....	10
II.	Metodologia.....	11
Capítulo 1: Da gênese da filosofia no Brasil colonial.....		12
à instabilidade na República.		
Capítulo 2: A importância do ensino de filosofia.....		16
no ensino médio.		
2.1	A filosofia em um mundo onde tudo é mercadoria.....	16
2.2	A filosofia na contemporaneidade.....	18
2.3	O papel da filosofia no ensino médio.....	22
2.4	A filosofia como exercício do pensamento.....	25
2.5	O preparo perante a visão de problemas e novas perspectivas.....	26
Capítulo 3: O professor de filosofia e a sala de aula.....		28
3.1	A importância do docente formado em filosofia.....	29
3.2	A conexão entre o professor..... e os alunos e a importância do ensino/aprendizado.	31
Capítulo 4: Novo Ensino Médio X Ensino de filosofia.....		31
4.1	O que é o novo Ensino Médio?.....	32
4.2	Das problemáticas da filosofia.....	34
no Novo Ensino médio.		
Conclusão.....		36
Referências bibliográficas.....		39

Introdução

Em 2017, o congresso nacional aprovou a Lei nº 13.415/17 que promoveu uma reforma no ensino médio, o “novo ensino médio”, e alterou a LDB 9.394/96. Com essa alteração, a filosofia perde o seu caráter como disciplina, tendo para si delegado, pela BNCC, o espaço de estudos e práticas (GT ANPOF, 2021, p.2)

Além de ter perdido o seu status como disciplina obrigatória, a maneira como a filosofia será relacionada a estudos e práticas fica a cargo da instituição, ou seja, cada sistema de ensino é responsável pela organização curricular e, por conseguinte, pelo lugar da filosofia dentro dessa organização. Esta nova metodologia se mostra problemática uma vez que em alguns lugares a filosofia pode vir a ser valorizada e em outros lugares não, criando assim um sistema de ensino desigual (SOARES e BRÍCIO, 2022, p. 7).

A história do ensino de filosofia no Brasil se desenrola desde o período colonial, portanto se mostra no mínimo estranho que, apesar de tantas décadas dentro dos currículos de ensino, a disciplina ainda não tenha o seu espaço assegurado. Na verdade, ao longo da história é possível perceber que, ao invés de se consolidar, a disciplina nunca conseguiu ter bases sólidas para construir uma identidade para o ensino de filosofia no país, ao ponto de o questionamento sobre a sua relevância para os currículos ser constantemente feito.

A maneira como o ensino de filosofia é tratado no país levanta uma série de questionamentos e um dos principais é com relação a sua relevância. Visto que ainda não se tenha alcançado garantir sua permanência assim como outras disciplinas, ainda faz sentido que a filosofia esteja dentro dos currículos? Qual a sua importância? Por que ela merece um espaço assegurado e por que isso ainda não aconteceu?

Para começarmos a responder tais questionamentos pelo menos quatro áreas que permeiam o ensino de filosofia precisam ser examinadas: a) A história do ensino de filosofia no país, b) A importância social e política presentes no ensino de filosofia, c) A formação de professores e metodologias de ensino e d) O currículo da disciplina no ensino médio brasileiro.

A história do ensino de filosofia no Brasil precisa ser analisada, pois a herança dos tempos coloniais, assim como a forma que a disciplina foi conduzida ao longo das décadas, deixou marcas profundas no entendimento social com relação a essa disciplina e isso interfere

diretamente na compreensão e na importância que a sociedade dá a ela até os dias de hoje, assim como afeta também os cursos de graduação, pós-graduação e licenciatura em filosofia, bem como o próprio currículo da disciplina no ensino médio.

Discutir a importância da filosofia no currículo do ensino médio atualmente gira em torno de encarar a própria história, entender a importância do ensino de filosofia para a sociedade e entender o papel do professor de filosofia e do próprio currículo da disciplina dentro desse contexto.

Metodologia

Pretende-se neste trabalho apresentar alguns dos principais argumentos para a defesa da permanência obrigatória da disciplina no ensino médio. Para que isso ocorra, a metodologia de pesquisa teórico-bibliográfica (GIL, 2002) parece ser a mais indicada, uma vez que possibilita um maior aprofundamento em importantes artigos e outras leituras de pesquisadores que discutem o ensino de filosofia propriamente dito, assim como o lugar desse ensino dentro dos currículos e a formação de profissionais docentes na área. Outra metodologia de pesquisa que também será trabalhada é a de análise documental, visto que só é possível discutir sobre a obrigatoriedade da disciplina no currículo discutindo esse currículo e para a análise deste se faz necessária a verificação das leis e dos documentos oficiais a respeito do assunto desde a primeira aplicação nos currículos até os dias atuais.

Com o enfraquecimento da filosofia no novo ensino médio, a figura do docente formado na área também é prejudicada e sua importância em sala de aula também é discutida. Não é possível debater sobre o valor da filosofia dentro dos currículos sem falar da importância desses profissionais atuando em sala de aula, portanto, mostra-se essencial a discussão acerca da importância desse agente, sobre o que se espera da sua atuação e por que ela é essencial para a formação dos alunos.

1 - Da gênese da filosofia no Brasil colonial à instabilidade na República

É difícil falar sobre Brasil e história sem falar sobre colonização, e seguindo este mesmo caminho é impossível falar sobre história da filosofia no Brasil sem falar também sobre colonização. Infelizmente a colonização foi o ponto de partida do Brasil que conhecemos atualmente e se este período influenciou todas as áreas de conhecimento do país com a filosofia não poderia ser diferente. A filosofia chega ao Brasil através dos Jesuítas com o caráter doutrinador e religioso, recebendo uma função missionária que tinha como objetivo garantir os poderes da igreja católica sobre aqueles que aqui viviam antes dos colonizadores chegarem, ou seja, as pessoas indígenas, e sobre as pessoas para cá trazidas sequestradas, no caso: as pessoas negras escravizadas.

A filosofia veio para o Brasil com os jesuítas. Inicialmente teve um caráter messiânico, confundindo-se com instrução e catequese e tendo como principal finalidade fortalecer a Igreja católica contra os heréticos e infiéis, isto é, converter a população indígena e africana ao cristianismo e reconduzir o colono “desgarrado”, uma vez que não raramente ele aqui chegava como degredado (HORN, 2001, p.18)

Ao pensar no papel que o ensino de filosofia desempenhou durante o início de sua vinda para o Brasil colonizado nos deparamos com um cenário muito sombrio. Durante este período, a filosofia teve a função de garantir e fazer a manutenção do poder do grupo hegemônico no país. A disciplina trazida ao Brasil pelos jesuítas, junto a concepções religiosas, em alguns momentos se tornava doutrinadora para as massas dominadas e em outros se tornava "um privilégio intelectual" apenas para a elite da época.

Um olhar mais atento à história do ensino da filosofia no Brasil, que remonta ao período colonial, indica sua utilização ora como forma doutrinadora das concepções religiosas e políticas, ora como um privilégio intelectual das elites econômicas e politicamente dominantes. Resumidamente pode-se afirmar que o ensino institucional e formal da filosofia sempre serviu ao estabelecimento e manutenção de forças hegemônicas que buscavam neutralizar ou mesmo anular qualquer possibilidade de formação humana crítica e autônoma (HORN, 2001 p.17)

A filosofia trazida ao Brasil por Portugal rompe com a tradição europeia, não sendo objeto de autodesenvolvimento, mas sim um método de controle das massas e fortalecimento das classes dirigentes. Os jesuítas, por receio de como o pensamento moderno poderia influenciar

a mente das pessoas, optaram por não tratar de assuntos que envolviam Galileu, Kepler ou Descartes e os demais autores que fervilhavam o pensamento moderno na época.

No Brasil, o ensino de filosofia se voltou ao estudo de textos como os de Santo Tomás de Aquino e Aristóteles, reduzindo o ensino de filosofia à erudição e à retórica (SOUZA apud HORN, 2001 p. 19), mesmo assim, o estudo na época, independente do autor estudado, só servia para a manutenção da ordem estabelecida. Enquanto para as massas e filosofia tinha o objetivo de disciplinar, para as classes mais altas servia como status e alimento ao ego. Não era importante refletir sobre o conhecimento trazido da Europa ou desenvolver novos pensamentos a partir dos estudos, apenas saber ler o que vinha do outro continente era o suficiente, não era preciso a análise e sim apenas a reprodução do que já estava escrito.

Essa filosofia que chegava da Europa era uma filosofia livresca, conforme Costa (apud Souza, 1992:15): “Da Europa ela nos vinha já feita. Era sinal de grande cultura o simples fato de saber reproduzir as ideias mais recentemente chegadas. A novidade supria o espírito da análise, a curiosidade supria a crítica. (HORN, 2001 p. 20)

O domínio “teocrático-jesuítico” postergou a chegada do iluminismo e da filosofia moderna no Brasil, que só chegaram ao país após a reforma de Pombal e mesmo assim não trouxeram grandes mudanças ao cenário deixado pelos jesuítas.

[...] a influência mais marcante foi, sem dúvida, na formação da burguesia e de suas classes dirigentes. A estrutura do ensino, predominantemente clássica que valorizava a literatura e a retórica e desprezava o estudo das ciências e a atividade manual, em uma sociedade exclusivamente agrária, que não exigia nenhuma especialização profissional e cujo trabalho manual se achava a cargo de escravos, permitiu a formação desse tipo de elite intelectual, cujo saber universal e abstrato se achava mais voltado para o bacharelismo, a burocracia e as profissões liberais (SOUZA apud SOARES, p. 96).

Em 1776 a filosofia ganha uma “aula régia” com 5 cadeiras no Rio de Janeiro e em 1827 começa a ser ministrada nos cursos das faculdades de Direito de São Paulo e Recife, sendo voltada para o humanismo e o pensamento pedagógico. Na mesma época, o colégio Pedro II era fundado (1837) e a filosofia se tornava obrigatória nos currículos dos liceus (SOARES, 2018 p. 96-97)

O prestígio do ensino de filosofia no ensino médio e das aulas régias no ensino superior aumentou consideravelmente, atraindo a atenção das elites. Temendo que a

submissão política da população fosse abalada pelos “abusos dos estudos”, o ensino de filosofia foi retirado dos conventos.

[...] lembrando a conveniência da extinção da cadeira de filosofia nos conventos, diz que não convinha abusar nos estudos superiores, que só servem para nutrir o orgulho próprio aos habitantes do meio-dia e destruir os laços de subordinação política e civil que devem ligar os habitantes das colônias à metrópole (CARTOLANO apud SOARES 2018, p. 97)

A partir de 1850 a filosofia começa a sua trajetória inconstante dentro dos currículos, ora sendo disponibilizada não apenas para a elite como também para colégios normais, ora se dirigindo à formação positivista da burguesia, em alguns períodos sendo facultativa e em outros obrigatória, tendo em 1964 um dos seus episódios mais dramáticos dentro do currículo.

Durante a ditadura (1964-1985) a filosofia foi totalmente retirada dos currículos por ser entendida como uma disciplina de caráter subversivo, contrária ao regime, crítica e de traços progressistas (ALVES, 2009, p. 183), sendo substituída por disciplinas que aparentavam abordar os mesmos assuntos que a filosofia como as disciplinas de Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil.

Durante a redemocratização ela volta a ser disciplina optativa dentro dos currículos e em 1996, quando é promulgada a Lei no 9.394/06, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBen), sua presença nos programas se torna mais uma vez indefinida:

Isso porque a LDB/96, em seu art. 36, § 1o, Inciso III, indica apenas que o estudante deve demonstrar ao final do Ensino Médio “domínios dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia para o exercício da cidadania”, porém, ao não deixar claro como esse aluno deverá ter acesso a tais conhecimentos, se através de uma disciplina específica, por temas transversais ou por projetos, etc., as escolas e Secretarias de Estado de Educação passaram a interpretar a lei conforme sua visão particular ou por conveniência, fato que levou muitas escolas e estados a retirarem a disciplina de Filosofia da grade obrigatória, onde esta já existia, caso de São Paulo ou simplesmente a não incluía-la no currículo. (ALVES, 2009, p. 184)

A filosofia volta a ser obrigatória nos currículos com a Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que altera o art. 36 da Lei nº 9.394/96, mas em 2017, com a aprovação da Lei nº 13.415/17, que promoveu uma reforma no ensino médio, o “novo ensino médio”, e alterou a LDB 9.394/96, a filosofia volta mais uma vez a perder o seu caráter obrigatório tendo para si delegado, pela BNCC, o espaço de estudos e práticas.

Uma breve incursão na história da filosofia no país explica um pouco sobre a dificuldade de manter a disciplina no currículo, visto que suas próprias características foram vistas como algo arriscado aos regimes vigentes. Ao longo de todo o tempo, a filosofia nunca pareceu ser vista como inútil. A ligação com a crítica e com o exercício do pensamento sempre foi apontada. Com isso, sempre que parecia representar um risco, a filosofia era retirada dos programas educacionais. Esses obstáculos que a disciplina enfrentou ao longo dos anos prejudicaram bastante a criação de uma tradição filosófica no país, já que ora a disciplina não tinha um currículo bem estabelecido ou era retirada dos currículos por não cumprir com os interesses dos governos e, mesmo quando constava nos currículos, era para dominar uns e aumentar o status de outros.

Além de afetar a tradição filosófica, também afetou a forma como as pessoas recebiam essa disciplina. Como a população poderia atribuir importância a uma disciplina tão inconsistente? A inconstância da filosofia ao longo do tempo fez com que muitas pessoas recebessem o ensino e outras não, enquanto a disciplina lutava para permanecer nas grades. Diferente de outras disciplinas, pela forma como foi conduzida no país, se tornou distante da população que, sem a conhecer, atribui pouco ou nenhum valor a ela.

Os cursos de graduação, pós-graduação e licenciatura em filosofia também foram afetados com a herança conteudista, e por vezes, reprodutora de conteúdos os quais são passados aos alunos que se tornarão professores e reproduzirão uma metodologia focada em conteúdos com pouca análise crítica. O currículo da filosofia no ensino médio deixa a desejar quanto a algo diferente disso.

Esta série de problemas estruturais faz parecer que o ensino de filosofia não é importante no país, quando na verdade é o contrário. A disciplina não se sustentaria bravamente ao longo de todos os anos se não fosse importante. O que aconteceu na história até os dias de hoje fica na história, não para ser esquecida e sim para ser revisitada sempre que necessário para que os mesmos erros não voltem a acontecer.

A própria história do ensino de filosofia no país denuncia a urgência em defender a sua permanência dentro dos currículos e a única forma de fazer isso é expor o seu valor para os programas de ensino. Para isso é relevante a discussão sobre a importância política e social do ensino de filosofia, ou seja, sobre qual a sua contribuição para a sociedade, o que a filosofia agrega e o que justifica a sua permanência, assim como de que maneira o processo de

formação docente, as suas metodologias e o próprio currículo de filosofia no ensino médio, estão inseridos nesse contexto de luta pela seguridade da disciplina dentro dos programas.

2. A importância do ensino de filosofia no ensino médio.

2.1 A filosofia em um mundo onde tudo é mercadoria.

No mundo capitalista em que vivemos, o consumo excessivo e o descarte quase instantâneo nunca foram tão comuns quanto agora. O que puder ser vendido será, o que puder ser consumido será, tudo é transformado em mercadoria.

O consumo é rápido, levemente satisfatório, mas não suficiente, porque dentro desse mundo capitalista é necessário que o comprador esteja sempre sendo direcionado ao que deve ser comprado e ao que deve ser descartado, ao que serve e ao que não serve mais.

De acordo com isso, Monteiro (2004, p. 3) observa: “o consumo é a nova ordem e a nova lei que eternizam o bem descartável, no seu tempo veloz, enquanto não chega a nova tendência, ditada pelos interesses econômicos que tornam tudo substituível e superado para garantia de novos lucros”. (PEREIRA et al apud MONTEIRO, 2019 p. 5)

Esse sistema não molda apenas a forma como a sociedade atribui valor a coisas que possa usar ou comer; nesses moldes sociais tudo se torna uma mercadoria e essa mercadoria tem o seu valor. O valor de algo está diretamente ligado com a sua importância e a sua importância com a utilidade, ou seja, se é visto como útil importa, se não... Não importa! E quando não importa pode ser facilmente descartado, trocado por uma opção que parece melhor.

As mercadorias são produtos do trabalho postos em circulação, compostos por valor de uso e valor de troca. Embora as mercadorias, em sua dimensão objetiva, sejam quaisquer coisas, corpóreas ou incorpóreas, que possuam alguma utilidade para os seres humanos, elas são produzidas para serem trocadas. (CULT, 2021)

Esse fenômeno ocorre em diversas áreas da sociedade, seja no setor de alimentação, cosméticos, eletrônicos, não deixando de fora até mesmo áreas como a saúde e a educação. Analisando a educação do ensino médio brasileiro dentro desse sistema, olhando diretamente para as grades curriculares, as disciplinas que se encontram dentro dos programas passam diretamente pela “peneira” da utilidade. E um dos critérios que as mantém em sala de aula é a

resposta para a fatídica pergunta “Do que importa a disciplina x para o currículo do estudante?”.

Nesse contexto, as escolas trabalham, predominantemente para que possam melhor satisfazer os “para que” socialmente reconhecidos; para que aqueles que passam por suas aulas possam inserir-se “melhor” na sociedade e em suas leis de mercado. Para que “saibam escolher” o que, na verdade, já foi escolhido para eles, para que sejam mais eficazes em produzir e em consumir, agindo por meio de estratégias que aperfeiçoem ou melhorem as condições de um sistema que se estendeu a quase todos os recantos da vida. (CERLETTI & KOHAN, 1999, p. 99)

Se perguntassem por exemplo, qual a importância da matemática para o currículo escolar, dentre diversas respostas poderia surgir alguma do tipo “Porque os estudantes precisam aprender a calcular” e essa resposta se estende para o mercado de trabalho, ou seja, o estudante precisa aprender a calcular para que possa obter um emprego no futuro, mas para além disso também cabe a vida pessoal do indivíduo que mesmo que não trabalhe fazendo contas aprenda a contar para sobreviver, saber dos números, as medidas.

Se a mesma pergunta fosse feita sobre aprender português, também haveria respostas do tipo “Os estudantes precisam aprender a ler e escrever”, é difícil para alguém nos dias de hoje conseguir um emprego sem saber ler/escrever, assim como a pessoa encontrará grandes dificuldades na sua vida se não souber ler/escrever, não só na área de emprego como também na vida pessoal.

Tanto o exemplo de matemática quanto o de português nos revelam um outro fenômeno. Se formos observar as respostas, elas são curtas e objetivas, apenas uma frase que afirma e por si já defende. Isso se dá porque dentro desse mundo capitalista que está cada vez mais tecnológico não só o acesso a produtos é rápido, o acesso à informação também é. Graças ao avanço da tecnologia as repostas estão a um click de distância, são respostas rápidas e de fácil absorção, palatáveis e descomplicadas.

Logo, dentro desse contexto, o cenário educacional gira em torno da necessidade de encontrar importância/utilidade das disciplinas para os seus programas e a resposta para essa busca tem que ser rápida, fácil, palpável. Esse tipo de método pode funcionar com disciplinas como matemática, português, biologia etc., que são disciplinas que já estão no imaginário das pessoas, que criaram uma tradição no país e que apresentam elementos mais tangíveis para a sociedade, mas e para a filosofia?

2.2 A filosofia na contemporaneidade

Em uma sociedade tão focada no útil quanto a contemporânea é necessário que antes que se discuta a utilidade da filosofia no ensino médio se discuta a utilidade da filosofia para a própria sociedade, já que todo o aprendizado na escola é introduzido aos estudantes com a finalidade de que eles levem os conhecimentos para as suas vidas pós-escola.

A pergunta sobre a utilidade da filosofia quando feita a estudantes de graduação, pós-graduação, licenciatura em filosofia ou até mesmo a pessoas que se dedicam a estudar a filosofia sem a necessidade de um título, pode gerar uma série de questionamentos filosóficos. Para essas pessoas, a filosofia sem grandes dificuldades demonstra uma espécie de “inutilidade” no sentido de que a filosofia é um campo do conhecimento independente que está acima do conceito de utilidade contemporâneo, ela não é subordinada a nada e nem a ninguém e, por essa característica, estando de cima, seria capaz de examinar todo e qualquer assunto com maior objetividade. Mas essa inutilidade insubordinada não tem relação alguma com o conceito de inutilidade capitalista que liga o inútil ao descartável, ao sem valor.

Para que serve a filosofia? A partir de uma importante tradição filosófica, costuma-se responder, com um certo orgulho, que a filosofia não serve “para nada”. Esta afirmação baseia-se na pretensa independência ou liberdade da filosofia, que dependeria apenas de si mesma. A filosofia não seria “escrava” de nada nem de ninguém, teria valor em si própria. Na realidade, o que isso quer dizer é que a filosofia não serve para nada em particular ou especial, mas que serve “para tudo”. À sua antiga inutilidade orgulhosa opõe-se, atualmente, associar a filosofia a uma inutilidade desclassificadora. (CERLETTI & KOHAN, 1999, p. 98)

Mesmo assim, no sistema em que vivemos, onde a importância está atrelada à utilidade, o conceito próprio de inutilidade da filosofia não lhe concede valor ou credibilidade. Então é importante que haja um exame do que a filosofia pode proporcionar às pessoas dentro ou apesar desse sistema, até que ponto a filosofia interessa ao senso comum, ou seja, às pessoas que não se dedicam ao estudo da filosofia.

Como foi dito no capítulo anterior, a filosofia ao longo do tempo viveu um período inconstante dentro dos currículos. Além disso, nos tempos em que esteve dentro das grades, por muitas vezes foi tratada como um saber superior, direcionado aos sábios e para a elite.

Essas duas ocorrências de certa forma explicam o distanciamento da população e o estranhamento para com a disciplina. Então não é algo fora do normal que atualmente a pergunta a respeito da sua importância ainda se faça presente.

Muitas dessas pessoas não tiveram contato com a disciplina e nem sabem do que se trata exatamente, e esse corpo social não é formado apenas por pessoas pobres e com pouco estudo, mas também por pessoas que enriqueceram com o tempo, que adquiriram posições de poder na sociedade, como, por exemplo, na política, e que hoje têm o poder de voto para manter ou retirar a disciplina das grades de ensino. Discutir a utilidade da filosofia nos moldes do conceito de utilidade contemporâneo é “falar a língua” da própria sociedade que está imersa nesse contexto.

Identificar uma utilidade para a filosofia é uma tarefa difícil, divide opiniões e requer tempo, porque com ela as respostas nunca são fáceis e palatáveis, porque a existência e as relações humanas não o são, e como a filosofia é uma produção humana ela dificilmente poderia ser palatável. Mas atualmente esse tempo tem corrido às pressas como areia em uma ampulheta. Neste mundo capitalista em que vivemos, tempo é dinheiro e a necessidade de identificar o valor das coisas urge. Portanto, a discussão sobre a importância da disciplina é urgente para a própria sobrevivência da mesma dentro dos currículos.

A maioria das pessoas não costuma entender muito bem do que trata a filosofia, mas aparenta ser algo importante, algo que soa grego, a muito antigo, que se ocupa de coisas difíceis e transcendentais, e tem peso simbólico de vinte e cinco séculos, o que não é pouco para tomar certa distância respeitosa. É como se a filosofia gozasse de uma espécie de crédito, assinado por Sócrates, Platão ou Aristóteles, que foi estendido desde então. O que está ocorrendo é que esse crédito, pouco a pouco, está esgotando-se (CERLETTI, 2009 p. 43a)

Para começar a tentar encontrar uma resposta para o que a filosofia tem a oferecer à sociedade, primeiro temos que observar suas próprias características. É comum ver a disciplina sendo relacionada ao pensamento crítico. É uma resposta fácil, mas não exatamente palatável, não há clareza sobre o senso crítico que tanto é relacionado a filosofia.

O senso crítico, em poucas palavras, é a capacidade de ponderar racionalmente sobre determinada coisa ou tema antes de tirar conclusões. É certo que a filosofia envolve o senso crítico, mas não é a única disciplina que necessita de ponderação e racionalidade. Desse breve conceito nada se tira exatamente para a filosofia como algo no qual só ela proporciona e é próprio seu.

A própria etimologia da palavra filosofia “amor a sabedoria” já nos encaminha para algo que a filosofia tem a proporcionar e que é próprio seu. Se uma pessoa ama a sabedoria, se ela ama conhecer, é necessário que ela se disponha a investigar. Existem várias formas de investigação, seja o exame através dos sentidos ou por meio de questionamentos, e é assim que o exercício filosófico se constrói, através da relação com a dúvida, com a pergunta.

É possível afirmar a priori que a relação com a dúvida não é algo que só a filosofia pode proporcionar e é verossímil. Outras disciplinas têm suas próprias relações com os questionamentos, mas a relação que a filosofia tem com a pergunta é diferente, diferente de qualquer outra.

A ciência pretende captar como funciona o que existe – como os átomos, os planetas, o aparelho digestivo ou as sociedades humanas –; a filosofia preocupa-se mais com o que significa para cada homem, para você ou para mim, existir entre átomos e planetas, ter sistema digestivo ou viver em sociedade. [...] (CERLETTI & KOHAN, 1999, p. 105)

A relação com a dúvida na filosofia é mais profunda, tudo pode questionar, tudo necessita investigar e saber, ela é a “Pá” que descobre problemas enterrados, ela abre espaço para mais perguntas do que respostas, requer tempo. A dúvida filosófica incomoda, ela mexe com a estrutura dessa sociedade já acostumada com o que é fácil, rápido e palatável. Pouco tem de divertido para os que não estão prontos para lidar com os problemas da sociedade. “Devemos suspeitar de uma filosofia que não incomode, que não perturbe, que não gere inquietação, mas conforto e admiração calma.” (CERLETTI & KOHAN, 1999, p. 111)

O filósofo e ensaísta sul-coreano Byung-Chul Han, em seu livro *A salvação do Belo*, denuncia a relação da arte com essa geração do fácil, que ele atribui como sinal de identidade o “polido, liso, limpo e impecável”. Para o filósofo, a sociedade atual é uma “sociedade positiva”, que não suporta e não quer suportar a dor, que não está atrás do que oferece resistência e que busca eliminar toda e qualquer negatividade (HAN, 2019, p. 1)

No entender de Gadamer, a negatividade é essencial para a arte. É a sua ferida. Opõe-se à positividade do polido. Há nela alguma coisa que me comove, que me remove, que me põe em questão e que faz surgir o apelo: Muda a tua vida. (GADAMER apud HAN, 2019, p. 5)

A dúvida dentro da filosofia acompanha um desconforto, a necessidade de saber se torna ânsia e essa ânsia incomoda. Todos que já se viram diante de uma pergunta para a qual aparentemente não se encontrava resposta já se depararam com esse sentimento que pode se

manifestar em diversos níveis. Assim como a arte, segundo a visão de Byung-Chul Han, a filosofia também causa certas feridas, o abalo também é importante, ela não está aí para aliviar a mente humana depois de um longo dia de trabalho, ela está aí para impactar, ela muda a vida de alguma forma.

A filosofia tem também um elemento de guerrilha e de resistência contra os dogmas que querem nos impor. Não apenas numa busca de verdades, mas numa busca de antídotos contra os dogmas que tentam nos impor como verdades. (SAVATER apud CERLETTI & KOHAN, 1999, p. 107)

A filosofia no passado não foi vista como uma ameaça à toa, é próprio seu o abalo do status quo, não existem axiomas e nem verdades eternas capazes de fugir ao crivo do exercício filosófico. Colocar o “dedo” na estrutura e se perguntar “Mas que raios eu produzo nesta fábrica?” ao invés de apenas torcer os “parafusos” eternamente dentro desse sistema.

A filosofia não se curva ao que parece ser natural, o “normal” deve ser investigado. Observar com olhos interessados a vida acontecendo faz parte do exercício filosófico, não se permitir “esfriar” diante do cotidiano ao ponto de nada mais abalar. A perplexidade diante da vida é o combustível para uma mente que ferve de perguntas.

Partiria da seguinte trilogia: Perplexidade, pergunta e crítica. Primeiro é preciso ficar perplexo com o que é natural, indiscutível. Por exemplo que o mundo existiu antes que tivéssemos consciência dele: Apesar de que apenas a consciência de mundo é o que dá sentido ao mundo. É preciso transformar em admiração o que é evidente. Assim como há outras pessoas além de mim, embora eu só conheça a mim mesmo, meus sentimentos, meus afetos. Segundo: a relação pergunta – resposta, que introduz em seguida o “outro” a quem faço perguntas e que, por sua vez, as formula. Dessa forma produz na admiração o fenômeno da alteridade. Terceiro: a crítica, que consiste em distanciar-se do que é emocional, de comovedor, tanto na admiração como no intercâmbio de perguntas. Entendendo a crítica não no sentido de “demolição”, mas no sentido que, finalmente, Kant deu a esta palavra, ou seja, de “inspeção” dos limites. (RICOEUR apud CERLETTI & KOHAN, 1999, p. 107)

Jostein Gaarder, em seu livro de ficção filosófica chamado *O mundo de Sofia*, introduz à personagem Sofia um curso de filosofia a partir de cartas, escritas por um filósofo. O filósofo aponta em uma dessas cartas um grave problema na sociedade, que é a perda da capacidade de se maravilhar com o mundo.

O mais triste de tudo é que, à medida que crescemos, vamos rapidamente perdendo a capacidade de nos maravilharmos

com o mundo. E assim perdemos algo muito importante — e alguns filósofos tentam nos despertar para isso novamente. Pois algo dentro de nós nos diz que a vida é um grande enigma. Isso é uma coisa que vivenciamos muito antes de aprender a pensar sobre isso. (GAARDER, 2012, p. 18)

Esse apontamento ultrapassa as páginas do livro de encontro à realidade quando nos deparamos com uma sociedade completamente apática e imersa no trabalho, na qual o ócio é visto com maus olhos e o tempo precisa sempre ser preenchido, não sobrando espaço para olhar para os lados e se admirar com a vida acontecendo ao redor. O sistema em que estamos inseridos nos trata como mercadorias e tempo é o que paga a existência, vivendo como eternos coelhos¹ gritando que “não há tempo” e que mesmo após transformados em um grande inseto² gigante a única preocupação será o trabalho.

Apesar de na história do Brasil, durante um longo tempo se construir a ideia de que a filosofia é um mecanismo para se obter status, pouco importando a reflexão e análise em si, mas sim a erudição e a acumulação de conteúdos, o exercício filosófico é mais do que isso, pois vai de encontro à apatia do mundo. É o que tira os “antolhos” colocados pelo sistema e que disponibiliza a possibilidade de acurar a visão sobre a própria vida. É um saber prático. É necessário filosofar para entender a vida, e não só a parte biológica, astronômica, mas também os sistemas sociais, examiná-los e mudá-los caso se encontre necessidade.

A filosofia é a única capaz de proporcionar esse espaço para o autoconhecimento, para o entendimento também do outro, um espaço no qual em meio ao caos da modernidade é possível pensar, pensar para criar, criar conceitos, novas perspectivas, mudar a realidade dos indivíduos, mudar o mundo.

E, no entanto, o que o título deste trabalho indica é que o “espaço público” da filosofia é um espaço de resistência: um espaço (e um tempo, e uma atemporalidade também) para o qual as formas de pensamento e as formas de vida confluem no mesmo impulso criador de novas formas de vida e de novas formas de pensamento. (CERLETTI & KOHAN, 1999, p. 111)

2.3 O papel da filosofia no ensino médio

Analizada a utilidade da filosofia na sociedade, com suas características e contribuições expostas, a tarefa de justificar a sua importância e permanência no ensino médio se torna menos complexa.

¹ Referência a obra *Alice no país das maravilhas* do autor Lewis Carroll

² Referência a obra *metamorfose* do autor Franz Kafka

Antes de tudo, é importante salientar que o ambiente escolar não é um lugar no espaço-tempo separado da sociedade. Na verdade, é uma espécie de “subproduto” dela. Os alunos ao longo de sua vida acumulam suas próprias perspectivas a respeito do mundo, adquiridas diretamente do contato com a sociedade. São seres humanos que experienciam o mundo por muito tempo através da ótica de outras pessoas que lhes transferem suas próprias impressões do mundo. Por muito tempo são receptáculos que decodificam essas impressões em impressões novas, parecidas ou não com as recebidas inicialmente.

Esses indivíduos, por conta do estilo de vida atual, que, como já foi dito neste capítulo, dificulta o desenvolvimento da capacidade de se maravilhar com o mundo, têm, dentro desse sistema, a chama da curiosidade enfraquecida com o tempo. E é para esses seres, com as visões caminhando lentamente rumo à apatia, muitos sem nem saber do que se trata, que a filosofia é introduzida, fazendo com que a possibilidade do exercício filosófico encontre dificuldades.

O declínio dos ideais modernos junto com a persistência da instituição escolar republicana, que neles se apoiava, tem o efeito de lançar dentro do curso filosófico mentes que não estão em condições de nele entrar. A resistência destas mentes parece invencível, precisamente porque não coloca nenhuma luta. Elas falam o idioma que lhes foi ensinado e lhes ensina “o mundo”, e o mundo fala de velocidade, gozo, narcisismo, competitividade, êxito, realização. O mundo fala sob a regra do intercâmbio econômico, generalizado a todos os aspectos da vida, incluindo os prazeres e os afetos. Este idioma é completamente diferente do idioma da aula filosófica, um e outro são incomensuráveis. Não há juiz que possa dar conta deste diferendo. O estudante e o professor são vítimas um do outro. A dialética e a retórica não podem ter curso entre eles: somente a agonística (LYOTARD apud CERLETTI, 2009, p. 48)

E é nesse “terreno” que a filosofia se faz muito necessária, em virtude de os estudantes serem indivíduos inseridos na sociedade e que têm acesso à escola para aprenderem a se introduzirem ainda mais nas engrenagens que compõem essa estrutura, que apesar de avanços, graças ao sistema capitalista, sempre tem sob si à espreita o fantasma da metodologia tecnicista.

Ainda no âmbito da tendência liberal tradicional encontramos a escola liberal tecnicista que atua no aperfeiçoamento da ordem social vigente (o sistema capitalista), articulando-se diretamente com o sistema produtivo; para tanto, emprega a ciência da mudança de comportamento, ou seja, a tecnologia comportamental. Seu interesse principal é, portanto, produzir indivíduos “competentes” para o mercado de trabalho, não se

preocupando com as mudanças sociais. (MARQUES, 2012, p. 3-4)

Se faz necessária porque em sala de aula ela não é uma disciplina com a finalidade em um emprego, não se trata necessariamente de desenvolver características específicas que direcionarão o estudante a um emprego, ela está lá para questionar, entre muitas coisas, o porquê da necessidade de se trabalhar, sobre quais condições na sociedade em que vivemos o trabalho prospera e que tipo de trabalho é esse, por exemplo.

Por experiência e convicção, considero que os grandes temas do ensino médio da filosofia não se resolvem com tecnologia pedagógica, mas com reflexão sobre as condições sociais, culturais e ideológicas que rodeiam e incidem sobre a educação e muito principalmente sobre o ensino desta atividade crítica radial e globalizadora que é a filosofia (NAVIA, 2004, p. 70)

O papel da filosofia na escola não tem, ou pelo menos não deveria ter, um caráter reprodutor de conteúdos, no sentido de que apesar da história da filosofia e o entendimento de conceitos filosóficos serem de grande importância dentro da composição do que se entende por filosofia, esses dois requisitos não são capazes de comportar o peso de caracterizar o ensino da filosofia. Ele representa mais do que isso. Assim como na sociedade, dentro da escola a filosofia também tem uma característica prática vinculada não só à crítica, mas também à criação.

Não demora muito tempo para que os estudantes se sintam profundamente envolvidos na atividade de fazer perguntas e desenvolver uma pesquisa e um questionamento sobre o que é importante para eles. São forçados a reconhecer argumentos baseados em sólidos princípios do raciocínio. Por meio das aulas, volto continuamente a sua compreensão inicial do tema, e desafio os estudantes e a filosofia a se responderem entre si. O diálogo que se abre com a filosofia estimula os estudantes a redefinir suas posições, e lhes mostra o valor de encontrar várias maneiras de dar lugar a pontos de vista diferentes propostos por seus colocas. Deste modo, o aluno não só aprende o conteúdo do curso, como também, progressivamente, desenvolve habilidades de pensamento crítico e criativo. (CERLETTI & KOHAN, 1999, p.134)

2.4 A filosofia como exercício do pensamento

O sentimento de apatia ocasionado pelo capitalismo, que direciona todas as forças da população à produção, ao valor e ao ganho, torna as pessoas insensíveis à vida. A lente da “normalidade” é justamente o instrumento que inviabiliza o exercício do pensamento. Esse sentimento esfria a chama da vontade de saber e de conhecer outras possibilidades do mundo e de mundo, e isso corrobora para que mudanças sociais não ocorram ou recebam pouca adesão. No ensino médio, a filosofia é um agente possibilitador da ação e da mudança social frente a normalidade, criando condições para que sejam repensados não só o passado como o futuro também e principalmente o presente. ““O filosófico” radica na possibilidade de revisar os supostos que apresentam como óbvio certo estado de coisas e as perguntas que são próprias desse estado de coisas naturalizado” (CERLETTI, 2009, p. 47)

Em uma sociedade consumista e imediatista como está em que estamos, faz sentido que a filosofia surja como um mecanismo pronto para furar a bolha do status quo. A filosofia dentro desse contexto contribui como mecanismo que incentiva o exercício do pensamento, transformando os estudantes em agentes críticos e capazes de pensar (CERLETTI, 2009, p.49)

Quando se fala em filosofia como mecanismo de estímulo para o exercício do pensamento, não está se falando que o professor em sala de aula vai ensinar ao aluno o que ele deve pensar. Como seres com cérebros funcionais, mesmo que tentássemos não conseguiríamos deixar de pensar. Pensamos o tempo inteiro em diversas coisas e diversas formas. Os alunos como indivíduos na sociedade têm suas próprias perspectivas de vida, suas observações, impressões e sentimentos. O papel do professor dentro desse movimento está atrelado ao desenvolvimento e exposição desses pensamentos.

Um exemplo simples se dá com uma maçã em cima da mesa. Um olhar desinteressado diria que a maçã está tocando essa mesa, a normalidade nos informa isso e é de fácil aceitação, mas uma mente com ânsia de saber e comprovação, através de uma análise com mais atenção, levando em consideração as leis da física, nos diz que tecnicamente aquela maçã jamais está tocando a mesa. Esse tipo de pensamento só é possível de ser construído quando se renuncia à observação solta, desinteressada, quando se abraça a vontade de saber e aceita o pensamento não como um agente ilimitado capaz de considerar antes de testar e testar para comprovar.

Assim como um observador que analisa a maçã a fim de saber se ela está em realidade tocando a mesa ou não, o estudante com o olhar atento a sua própria realidade e as questões que lhe são instigadas a investigar ou por si só o instigam, também pode desenvolver o interesse em examinar meticulosamente todos os pontos em sua vida que parecem já dados, naturais e imutáveis.

A “utilidade”, ou melhor, mostrar que os conhecimentos, as opiniões ou as relações estabelecidas não são naturais, que não estão dadas por si. O professor-filósofo poderia propor perspectivas de análise que tentem desnaturalizar o que parece óbvio, permitindo assim construir olhares problematizadores da realidade (CERLETTI, 2009, p. 52)

Não é porque o mundo atual parece “dado” e as coisas parecem “ser como são”, que se deve deixar de questionar. Pelo contrário! No passado a filosofia foi vista por vezes como perigosa justamente por não ser subordinada a nenhum tipo de poder, ela está posta para que seja utilizada como meio de questionar e entender o mundo que vivemos. Todas as perguntas quando feitas sobre o crivo da filosofia são válidas

2.5 O preparo perante a visão de problemas e novas perspectivas

Das questões mais metafísicas, até a política atual, a filosofia transita sobre todos os lugares e se torna um problema para o sistema de poder quando o questiona. Ela dá a oportunidade para que novas perspectivas sejam encontradas, mas não só isso. Ela também é hábil para encontrar “problemas” e isso se torna um incômodo para a sociedade atual que, aprisionada por um sistema tão exploratório, tenta evitar ao máximo a dor de mais uma preocupação para tratar.

Mas uma sociedade que evita problemas e frustrações não está preparada para lidar com problemas e frustrações. Por certo, a filosofia revela mais problemas que soluções, mas pensar sobre esses problemas é o “x” da questão. Através da filosofia se cria o costume de enxergar problemas. Quando se sai ao sol depois de horas na sombra os olhos doem, é necessário se acostumar aos poucos, assim também é com os problemas. Além do costume de não evitá-los, esperando que alguém os resolva, a filosofia possibilita o desenvolvimento da vontade de tentar resolver esses problemas, não todos necessariamente, mas alguns. E para alguns desses problemas já existem modelos de soluções. Aprender a estar diante de

problemas e buscar por resoluções também é o que viabiliza a análise meticulosa e a aceitabilidade de soluções apresentadas independente do senso comum.

Durante o surto de COVID-19 no Brasil em 2020, o movimento antivacina cresceu consideravelmente no país. Guiadas pelo senso comum que alcançou não só uma parte da mídia como também da política, muitas pessoas deixaram de tomar suas vacinas diante de uma pandemia e desacreditar da ciência.

O movimento antivacina do Covid-19 no Brasil, é uma oposição à vacinação pública, e baseia-se principalmente no negacionismo científico, fenômeno resultante do anticientificismo presente no país. O Brasil foi apontado como o país onde menos pessoas acreditam ou têm confiança na ciência, segundo a última pesquisa realizada em 2019, antes mesmo da pandemia, pelo Pew Research Center, centro de pesquisa americano. O estudo foi baseado em entrevistas com 32 mil pessoas de 20 nacionalidades diferentes. Em geral, o contexto político e sociocultural da mídia e da política são fatores determinantes na escolha de se imunizar ou não, aponta a professora de metodologia científica e pesquisadora do movimento antivacina, Glícia Salviano Gripp. Além disso, há também o medo dos efeitos colaterais da vacinação. (UFOP, 2021)

A filosofia dentro desse contexto surge em sala de aula com a epistemologia (Teoria do conhecimento) como forma de examinar os fundamentos que dão credibilidade à ciência. Esse ramo da filosofia estuda entre outras coisas os tipos de conhecimento e suas características, dentre eles o senso comum e o próprio conhecimento científico, identificando os seus níveis de credibilidade e trazendo os estudantes para o diálogo sobre como funcionam os seus métodos. Esse debate é importante porque os questionamentos a respeito da efetividade de vacinas e medicamentos são importantes, ou seja, não é errado se questionar, mas também não parece sensato e racional não buscar bases sólidas de pesquisa, e esse braço da filosofia aproxima os alunos das próprias bases que sinalizam os caminhos para uma pesquisa com relação a fontes confiáveis, que ultrapassam a indústria farmacêutica, chegando a diversos outros lugares.

Com efeito, não há nenhuma outra instância onde se reflete sobre o fundamento e os limites do conhecimento, tratando de gerar critérios sobre a distinção entre conhecimento fundamentado e não fundamentado e de tirar fora o “obscurantismo” e a “mistificação” da ciência; nenhum outro âmbito onde se reflete sobre os problemas éticos, estéticos, antropológicos, sociohistóricos e culturais procurando um antídoto contra o dogmatismo, o fanatismo e a intolerância. (NAVIA, 2004, p. 69)

O exercício filosófico feito em uma sala de aula é trabalhado em comunidade. Isso permite que os estudantes exponham seus pensamentos uns para os outros, o que representa um exercício de tolerância para pensamentos, ideias e perspectivas que eles não conhecem, concordam ou entendem. Esse tipo de exercício prepara os indivíduos para o mundo no qual existem literalmente bilhões de pessoas que podem discordar de seus pensamentos. Saber lidar com a primeira frustração de ter consciência de que na maior parte do tempo não sabe e que tem que aprender engrandece e abre caminhos para uma mente mais aberta para a análise racional de novas perspectivas e para a aceitação das mesmas caso o exame seja positivo.

Uma instância, além disso, onde se desenvolvem as capacidades de argumentação e discussão de ideias explicitamente fundamentadas e com elucidação dos princípios e supostos implicados como modelo privilegiado de qualquer análise, elucidação e avaliação de supostos de um discurso que inclua princípios gerais [...] Tudo isto faz dos cursos de filosofia uma esfera insubstituível na estruturação de uma atitude de abertura mental, de análise, de fundamentação, que são imprescindíveis para a participação responsável e livre em uma sociedade democrática. (NAVIA, 2004, p. 69-70)

3. O professor de filosofia e a sala de aula

Ao investigar a importância do ensino de filosofia no ensino médio é possível se deparar com uma série de pontos que justificam a sua permanência nos currículos, pontos esses já citados nos capítulos anteriores. Porém, os fatores que justificam esse ensino dependem das condições em que ele é desenvolvido em sala, e um dos pontos principais é a formação e metodologia que o profissional docente que ministra a aula oferece. A sociedade brasileira não tem uma “intimidade” com a filosofia e essa falta de familiaridade faz com que muitas vezes os estudantes recém-chegados no ensino médio não tenham um referencial do que é a filosofia e do que ela trata. É algo comum dadas as circunstâncias e é só um dos tantos problemas que o ensino enfrenta.

Em um cenário como esse se torna necessária a existência de um agente “aproximador” capaz de introduzir a filosofia a essas pessoas e construir um referencial em sala, esse agente é o professor. Não um professor sem formação em filosofia que oferta outra disciplina, mas aceita dar aulas de filosofia para complementar a sua carga horária (PIN, 2019, p.12), algo comum dentro dos sistemas de ensino do país, mas sim um profissional docente adequadamente formado em filosofia.

3.1 A importância do docente formado em filosofia

Uma aula de filosofia nos modelos atuais oferece aos alunos o contato com a história da filosofia assim como com conceitos filosóficos diversos. Essa é uma parte importante levando em consideração muitas vezes a falta de base, já que o ensino de filosofia nas classes iniciais ainda é algo muito raro, principalmente na educação pública, que conta com a maior parte dos estudantes do país. Com o ensino da história da filosofia os estudantes têm acesso ao conhecimento de outras culturas, como por exemplo a grega, principalmente quando se fala de filosofia antiga. O contato com conceitos filosóficos proporciona conhecimento sobre diversas formas de se pensar o mundo, bem como trabalha a compreensão de texto, e o exame de argumentos. Esses dois momentos em aula têm a sua devida importância, mas não são suficientes para caracterizar o ensino de filosofia em si.

Se a filosofia está em sala como ferramenta utilizada para desenvolver o pensamento e permitir a exposição deles, assim como a tolerância frente a perspectivas diferentes e da análise de um discurso, o professor entra nesse contexto como responsável por desenvolver aulas capazes viabilizar a construção desse exercício.

Um ensino tão questionador requer uma pessoa com a “mente aberta” capaz de suprimir seus preconceitos e disposta a debater sobre todos os temas com racionalidade. Não que sejam preferidos para essa função “super-humanos” capazes de não se abalar diante de uma fala problemática de um aluno em sala, o ponto central é a importância da formação de um profissional capaz de lidar com múltiplas formas de pensar e desenvolver um debate filosófico em cima dos mais diversos temas, e essa característica a formação filosófica oferece com propriedade e por isso é imprescindível que professores formados em filosofia sejam os responsáveis por ministrar as aulas.

Para que se alcancem os objetivos propostos para a disciplina de Filosofia nas escolas é necessário que os educadores, primeiramente, estejam conscientes dos mesmos e depois que tenham as condições necessárias para alcançá-los. Dentre essas condições está o desafio de que professores formados em Filosofia sejam os responsáveis para ministrar as aulas e que desenvolvam metodologias próprias para o exercício do pensar crítico. Esse aprendizado é imprescindível para que os alunos passem a ver a Filosofia como uma disciplina importante do currículo

e os docentes tenham condições de conduzir os alunos ao exercício filosófico. (PIN, 2019, p.14)

Quando se fala da filosofia dentro dos programas de ensino, o agente professor é, em sala, o único capaz conduzir a aula de forma que a proposta do que é o ensino filosófico não seja perdida no meio de tantos conceitos e contextos históricos. Por conta disso é essencial que esse profissional seja devidamente formado em filosofia. Esse indivíduo, diferente de outros profissionais que também são habilitados a ofertar a disciplina, tem uma formação filosófica que não só o torna docente, mas que também oferece o que é necessário para que se torne filósofo.

Isso não quer dizer que a formação acadêmica seja o que define se o estudante é ou não filósofo, na verdade essa é uma consequência do estudo mais aprofundado da filosofia, que é o que cursos de graduação e pós-graduação em filosofia podem oferecer. O que não significa que todos os alunos de filosofia se tornarão filósofos, essa é uma questão densa que ainda gera muitos debates. O ponto principal dessa discussão é que a formação filosófica viabiliza a formação do indivíduo como filósofo e quando se trata de ensino de filosofia na educação básica, essa característica é indispensável.

O professor de Filosofia deve ser aquele que dialoga com os filósofos, com a História da Filosofia e, claro, com os alunos, fazendo da aula de Filosofia algo essencialmente produtivo. A Filosofia é produzida e ensinada ao mesmo tempo. O educador que não se assume como filósofo não tem a menor chance de ensinar Filosofia. (PIN, 2019, p.16)

Esse professor, que também é filósofo, tem a “missão” de ministrar aulas para pessoas que tiveram pouco ou nenhum contato com a disciplina, o que está longe de ser uma tarefa fácil, então além de se entender como filósofo, esse profissional precisa se assumir também enquanto pesquisador e buscar melhores metodologias de ensino.

A defesa da importância da filosofia no ensino médio é forte, os argumentos são coesos e justificam a sua permanência, mas de nada valem milhares de páginas sobre esse assunto se quando a teoria for colocada em prática o trabalho não fornecer os resultados semelhantes ao que foi descrito, portanto, a figura de um professor que está ciente do que a filosofia e o seu ensino representam, e está disposto a pesquisar e atualizar a sua prática sempre que necessário, é importante, porque é esse profissional que vai ter como função colocar em prática o que o ensino de filosofia representa. Ele é um agente direto capaz de

fazer essa ligação entre a filosofia e a sociedade, já que os estudantes fazem parte dela e dentro da escola se preparam para uma inserção ainda maior na mesma.

3.2 A conexão entre o professor e os alunos e a importância do ensino/aprendizado

No momento em que os estudantes entendem o que a filosofia representa e a praticam, ela passa a fazer sentido e a sua importância é revelada, é por essa razão que mesmo os estudantes que saíram do ensino médio com pouca compreensão e se aventuram em uma graduação de filosofia, identificam rapidamente a sua importância. Mesmo que existam diversas problemáticas dentro dos cursos de graduação e pós, é inegável que o estudo aprofundado proporciona isso.

E quanto esses estudantes entendem na prática a importância da filosofia ela passa a ter “valor” para esses indivíduos. O ensino médio vai passar e a disciplina terá um significado para eles após a formação, existirá familiaridade e assim vai se construindo uma tradição de ensino de filosofia no país. É muito difícil defender a permanência de uma disciplina que não se conhece e, portanto, não se alcança a relevância, mas o cenário muda quando a importância é compreendida.

Por certo existem problemas estruturais que estão fora do alcance de resolução imediata dos professores e que atrapalham diretamente no exercício em sala de aula, podemos citar a desvalorização do profissional docente, carga horária incompatível com o desenvolvimento do trabalho, a disputa por uma vaga com profissionais que não são formados na área etc.

Mas na esfera que tange ao professor e ao que ele pode fazer em sala, a sua presença e atuação são o que faz diferença direta na forma com que esses indivíduos vão lidar com a disciplina mesmo depois de formados.

4. Novo Ensino Médio X Ensino de filosofia.

A pesquisa a respeito da importância da filosofia no ensino médio foi motivada pela efetivação do novo Ensino Médio no Brasil e a situação em que se encontra o ensino de filosofia dentro desse novo sistema. Este capítulo tem como objetivo mostrar um panorama

geral do que representa o novo Ensino Médio e qual a situação da filosofia nesse novo contexto.

4.1 O que é o novo Ensino Médio?

Para quem se interessa e pesquisa educação no Brasil não é nenhuma surpresa a relação do ensino brasileiro, principalmente o público, com o mercado de trabalho. Antes da aprovação da nova reforma no sistema de ensino, discussões a respeito da educação tecnicista no país já eram recorrentes.

A pedagogia tecnicista foi introduzida nas instituições brasileiras no final dos anos 60 e tinha como proposta preparar o estudante para o mercado de trabalho.

No campo educacional, a tendência liberal tecnicista atua no aperfeiçoamento do sistema capitalista, alinhando-se com o sistema produtivo; para tanto, seu interesse é produzir indivíduos competentes para o mercado de trabalho. Digno de nota, o conceito de competência como algo adequado ao desempenho proposto ou qualificado para “ser admitido a” ou “como ser capaz de” revelam o significado do termo associado ao contexto da crise estrutural do sistema capitalista, em que o trabalhador tinha que adequar-se às exigências da produção. (SILVA, 2017, p. 198)

Esse modelo educacional provocou e ainda provoca uma série de debates por conta da sua falta compromisso com a formação do estudante enquanto indivíduo que está inserido na sociedade, a sua implementação é voltada a formação do estudante enquanto trabalhador.

O embasamento filosófico da pedagogia tecnicista era o neopositivismo, o método adotado era o funcionalismo e defendia-se o pressuposto da neutralidade científica. Enfatizou o planejamento da educação com vistas a uma minuciosa organização racional para evitar, ao máximo, subjetividades, o que atrapalharia a sua eficácia. [...] No tecnicismo, tanto o professor como o aluno foram legados para um segundo plano, o de meros executores de um projeto educacional concebido, planejado e controlado por supostos especialistas. O objetivo principal da pedagogia tradicional era aprender, o da pedagogia nova era aprender a aprender e o da tecnicista era aprender a fazer. (QUEIROZ, 2012, p. 123)

Um modelo educacional que desconsidera a subjetividade dos estudantes em prol de uma agenda tecnicista está fadado ao fracasso, isso porque a formação do indivíduo ultrapassa a sua condição enquanto trabalhador, o ser humano é humano não por seu trabalho, além das características biológicas, a sua história de vida e cultura fazem parte da sua identidade.

Além de aprender a calcular é correto afirmar que esses estudantes também devem ter uma formação capaz de lhes preparar para a vida em sociedade. E isso requer o desenvolvimento do senso crítico, o estímulo ao autoconhecimento, o contato e o debate acerca de questões morais e éticas, acesso a debates políticos e sociais, tudo o que toca diretamente a subjetividade desses indivíduos e perpassa a sociedade que esses estudantes já estão inseridos e que vão ser ainda mais após a conclusão do programa.

Para que a Declaração dos Direitos Humanos seja respeitada é preciso que as pessoas se conscientizem de seus direitos e da necessidade de respeitar os direitos dos demais - despertar e desenvolver esta consciência, é papel da educação. Para a formação de valores éticos para a vida em sociedade, há necessidade de se conhecer e entender o conteúdo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e cabe a escola educar seus alunos dentro dos princípios morais de ética e cidadania que regem a vida democrática. Respeito mútuo, justiça, diálogo e solidariedade são aprendizados importantes na sua formação, assim como os conteúdos das diversas disciplinas, os quais colaboram para a formação de cidadãos conscientes e capazes de discernir, escolher e decidir a respeito dos deveres e direitos de cidadão. A escola não pode esquecer que faz parte de uma sociedade, e o que aí acontece deve ser observado, discutido, de forma a preparar seus educandos para um olhar crítico e para a indignação. (THOMAZ, 2009, p. 9)

Apesar de uma formação focada na preparação ao trabalho se mostrar pouco eficaz e muito controversa, esse tipo de modelo educacional ainda é visto como promissor dentro da sociedade brasileira. Um dos motivos para tanto é o sistema econômico mundial (capitalista) que centraliza o trabalho como uma entidade capaz de conferir humanidade ao indivíduo, desenvolvendo a mentalidade de que ser um trabalhador e ganhar dinheiro é a finalidade para o que se tem como ser humano.

Embora haja diversas problemáticas envolvendo a pedagogia tecnicista, o desenvolvimento do novo Ensino Médio foi instaurado no país visando a inserção desse jovem no mercado de trabalho, com a suposição de que a escola é um lugar propício para suprir as novas demandas do mercado profissional.

Defendendo a proposta de aproximação da escola com a realidade dos estudantes, a reforma pretendia, conforme

explícito na página do Ministério da Educação e Cultura – MEC, desde o lançamento da MP nº 746, que essas alterações seriam uma resposta às novas demandas profissionais do mercado de trabalho, pois segundo o próprio governo, o novo modelo de EM permitiria que cada jovem seguisse o seu caminho profissional, através de suas escolhas e de sonhos, independente se fosse para continuar seus estudos no nível superior, ou se fosse para obter uma formação e inserir-se no mundo do trabalho. (CORRÊA & GARCIA, 2018 , p. 608)

Com a perspectiva de uma formação que esteja mais de acordo com o mercado atual, a estrutura do ensino médio é alterada, se organizando não por disciplinas, mas sim, por áreas de conhecimento, parecido com o que já é implementado no Enem. Também há um aumento da carga mínima de horas que o estudante tem que cumprir na escola, e é feita inserção de “itinerários formativos” que contemplam as áreas de conhecimento e a formação profissional dos estudantes.

A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular, mais flexível, que contemple uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a oferta de diferentes possibilidades de escolhas aos estudantes, os itinerários formativos, com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional. A mudança tem como objetivos garantir a oferta de educação de qualidade à todos os jovens brasileiros e de aproximar as escolas à realidade dos estudantes de hoje, considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade. (BRASIL, 2018a)

4.2 Das problemáticas da filosofia no Novo Ensino Médio

Dentro dessa nova organização existem uma série de mudanças com relação ao espaço das disciplinas no currículo, mas o que compete a essa pesquisa é a verificação do espaço que a filosofia ocupará nesse sistema.

O ensino de filosofia de acordo com a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) integra junto com história, geografia e sociologia a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e o seu objetivo é a ampliação e aprofundamento dos conhecimentos que foram absorvidos no Ensino Fundamental.

A BNCC da área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas – integrada por Filosofia, Geografia, História e Sociologia –

propõe a ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental, sempre orientada para uma formação ética. Tal compromisso educativo tem como base as ideias de justiça, solidariedade, autonomia, liberdade de pensamento e de escolha, ou seja, a compreensão e o reconhecimento das diferenças, o respeito aos direitos humanos e à interculturalidade, e o combate aos preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2018, p. 561b)

O primeiro problema que a filosofia encontra no novo Ensino Médio é que, diferente de disciplinas como Geografia e História, a sua aplicação no Ensino Fundamental ainda é algo relativamente novo e não é de acesso a todos, mesmo na rede pública. Então, a proposta de “ampliação e o aprofundamento das aprendizagens essenciais desenvolvidas no Ensino Fundamental”, no caso da filosofia, se torna incerta, porque dependendo do ensino dos estudantes eles podem ou não terem tido contato com a filosofia nos anos anteriores ao Ensino Médio.

[...]fica evidente que os quatro componentes curriculares estão a serviço da ampliação e do aprofundamento dos saberes que foram iniciados no Ensino Fundamental. Essa informação deve causar, nos docentes e pesquisadores um certo estranhamento, uma vez que Filosofia e Sociologia são componentes novos nessa etapa da educação básica. (FRAU et al., 2021, p.3)

Outro ponto importante a ser analisado é a relação da filosofia com os itinerários formativos. O Ensino de filosofia nessa conjuntura só é obrigatório na primeira série do ensino médio, e a sua oferta nas próximas séries depende de uma série de fatores.

Com a homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o ensino da Filosofia e dos demais componentes curriculares das Ciências Humanas correm risco de esvaziamento a partir da flexibilização ofertada pelos Itinerários Formativos. Nessa nova estrutura proposta, os estudantes do Ensino Médio só terão acesso obrigatório à Área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas na primeira série, depois, os saberes dessa Área só serão garantidos se houver a oferta do Itinerário Formativo que a contemple, e se os estudantes escolherem tal Itinerário Formativo, ou então, se os Estados garantirem outros arranjos. (FRAU et al., 2021, p.5)

Ao longo dessa pesquisa foram apresentados argumentos que sustentam a importância da filosofia para o desenvolvimento do indivíduo. A pesquisa com relação à relevância desse ensino é feita por diversos pesquisadores e as justificativas para a sua permanência e valorização são sustentadas com fatos e argumentos consistentes. A sua obrigatoriedade

dentro dos currículos já deveria estar assegurada, a disciplina perder a sua obrigatoriedade nas séries seguintes é um absurdo e atrapalha diretamente a relação dos indivíduos com a própria filosofia.

Pela falta de tradição filosófica no país não é ilógico pensar que muitos desses estudantes podem optar por não adicionarem o ensino de filosofia no restante da sua formação no ensino médio. Muitos provavelmente não tiveram a disciplina no ensino fundamental, e não existem garantias de que um ano de ensino de filosofia (obrigatório na primeira série) é o suficiente para fazer esse estudante desejar continuar com as aulas nos próximos anos.

O problema com relação a pouca familiaridade da disciplina para com a sociedade brasileira é justamente o afastamento gerado por decisões políticas que não permitiram que a disciplina estivesse dentro dos currículos por tempo o suficiente para a população desenvolver uma proximidade e um entendimento sobre o que se trata e a sua aplicação. E todas as vezes na história da disciplina no país em que ela alcançou algum espaço, tempos depois esse espaço foi retirado, nesse contexto a filosofia nunca vai ser compreendida como necessária e as suas funções para a sociedade nunca serão exercidas.

Por isso é importante que exista, para a filosofia, um currículo bem estruturado. Diferente de disciplinas como matemática, português e outras, ela não tem uma base sólida no imaginário da população e, sendo uma disciplina tão importante, deve se ter uma maior atenção na elaboração desse currículo justamente para que a população alcance essa relevância, e isso dificilmente será alcançado com um currículo que retira a sua obrigatoriedade, que dá poder aos Estados para decidirem como ela será implementada, que depende da sua oferta em itinerários formativos, e que dá espaço aos estudantes para decidirem se querem ou não ter ela no seu currículo.

Conclusão

Esta pesquisa surge como mais uma entre tantas que buscam demonstrar a importância da permanência do ensino de filosofia dentro das grades do ensino médio brasileiro. Como pudemos observar a partir de breves análises sobre as suas características, ela tem a agregar o desenvolvimento do pensamento, do senso crítico, da tolerância, do convívio respeitoso em sociedade perante perspectivas diferentes de vida, assim como estimula a necessidade de ser

um agente ativo nas mudanças do mundo. Todas essas características são de extrema importância para o indivíduo, uma vez que sem isso as pessoas se tornam apenas “massas” vivas servindo a sua força vital para o Estado. Uma pessoa com o pensamento limitado, sem a possibilidade de criticar, intolerante e que não sabe se comportar em sociedade, nada mais é do que uma pessoa escravizada pelo sistema, que aceita sem questionar as verdades impostas por pessoas que estão no poder.

Portanto, é no mínimo desconcertante que em 2023 ao invés de se estar repensando um aumento de carga horária para as aulas de filosofia, assim como melhores condições de trabalho para os profissionais docentes e em um currículo da disciplina mais bem organizado, ainda se esteja lutando pela obrigatoriedade desta disciplina. O novo Ensino Médio é um escárnio para a educação Brasileira e a forma como a filosofia perde a sua posição já alcançada, que a propósito pudemos observar que foi conquistada com muita luta, é um retrocesso muito grande.

A luta pela permanência nos programas de ensino, que se arrasta por anos, vai continuar. Muitos pesquisadores do ensino de filosofia estudam maneiras de a disciplina existir e resistir dentro desse sistema. Sobreviver não deveria ser o ideal para uma matéria tão importante para o desenvolvimento humano, mas é o que os educadores podem fazer no momento por entender a urgência da situação.

Sob as novas (mas ao mesmo tempo antigas) condições, a filosofia volta para o lugar de insegurança e instabilidade que tanto conhece, e estabelecer uma aproximação com a sociedade, nessas condições, se torna uma tarefa ainda mais difícil do que antes. Para aqueles que entendem a importância da filosofia, será uma tarefa árdua, porém necessária, encontrar meios de existir perante essas circunstâncias, atuando de acordo com suas próprias características, não apenas reproduzindo conteúdos e conceitos por conta da falta de espaço e tempo nos currículos, mas lutando pela restituição de sua presença.

Tudo o que foi apontado até aqui como uma característica da filosofia e que lhe garante espaço e importância dentro dos currículos é conquistado com muito trabalho e estudo. As metodologias de ensino precisam ser desenvolvidas e para isso os professores precisam ter melhores condições de trabalho, o que parece um grande desafio de acordo com esse “novo” sistema e o próprio “currículo” da disciplina.

Tanto o professor quanto o currículo são essenciais para o bom exercício do desenvolvimento do pensamento em sala de aula. O professor nesse contexto é o agente que busca garantir um relacionamento orgânico entre a história, os conceitos e os estudantes, além de junto a eles ser capaz de promover as condições necessárias para o desenvolvimento do exercício filosófico, utilizando o currículo como um guia de orientação que o auxilia em sua prática docente.

A filosofia em sala de aula é importante, é relevante e é necessária, mas para que haja de sua parte uma contribuição para a sociedade é necessário um ambiente que permita isso, e esse ambiente gira em torno de um professor bem formado com condições de trabalho adequadas e um currículo respeitoso que entenda a sua pertinência. E apenas sob essas condições que o ensino de filosofia poderá proceder com a sua função no auxílio do desenvolvimento de um indivíduo crítico, criativo, mais tolerante e mais bem preparado para viver em sociedade.

Referências bibliográficas:

- HORN, Geraldo Balduino. A presença da filosofia no currículo do Ensino Médio brasileiro: uma perspectiva histórica. In: Silvio Gallo; Walter Omar Kohan (org.). *Filosofia no ensino médio*. 1ed. Petrópolis: Vozes, 2000, v. VI, p. 17-33
- SOARES, Emanuel Luis Roque. A formação do professor de filosofia. In: Emanuel Luis Roque Soares, Pablo Henrique Abraham Zunino, Ricardo Henrique Resende de Andrade. (Org). *O ensino de filosofia entre nós*. 01ed. Cruz das almas: UFRB, 2018, v. 1, p. 97-111
- ALVES, Dalton José. A FILOSOFIA COMO MATÉRIA DE ENSINO: HISTÓRIA E QUESTÕES METODOLÓGICAS, Ponta Grossa, p. 1-11, 1 dez. 2009. DOI 10.5212/PublicatioHum.v.17i2.177187. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/1771/1316>. Acesso em: 17 maio 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Lei no 9.394/06, de 20 de dezembro de 1996. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso: jan. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008. Disponível: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao>. Acesso: jan. 2023.
- BRASIL. Presidência da República. Lei 13.415/17, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível: <https://www.planalto.gov.br>. Acesso: fev. 2023.
- Soares, H. L., & Brício, V. N. de . (2022). O ensino de filosofia sob o controle da concepção de competências na BNCC. *Revista Digital De Ensino De Filosofia – REFilo*, 8, e3/1–19.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LEITE, Taylisi. Pequeno glossário marxiano. CULT, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/pequeno-glossario-marxiano/>
- Pereira, L. F. L., Silva, T. M. da, Couto, D. P. do, & Silva, M. L. (2019). Consumir e Consumir-se: Gozo e Capitalismo na Contemporaneidade. *Revista Subjetividades*, 19(3), Publicado online: 28/02/2020. <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v19i3.e7400>
- CERLLETTI, Alejandro; KOHAN, Walter. A filosofia no ensino médio: caminhos para pensar o seu sentido. Tradução de Norma Guimarães Azeredo. Brasília: Editora da UNB, 1999.

CERLETTI, Alejandro. O ensino de filosofia como problema filosófico. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

HAN, Byung-Chul. A salvação do Belo. Tradução Miguel Serras Pereira. Editora vozes 2019

LÚCIA, Isadora; FERNANDES, Laura. **Movimento antivacina no Brasil: entenda esse fenômeno e seu fortalecimento durante a pandemia**. Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas Brasil Mariana, MG, 2021. Disponível em: <https://sites.ufop.br/lamparina/blog/movimento-antivacina-no-brasil-entenda-esse-fen%C3%B4meno-e-seu-fortalecimento-durante>. Acesso em: 15 fev. 2023.

GAARDER, Jostein. **O mundo de Sofia**. 1. ed. [S. l.]: Seguinte, 2012.

MARQUES, Abimael Antunes. A PEDAGOGIA TECNICISTA: UM BREVE PANORAMA. **Itinerarius Reflectionis**, UFG, v. 1, n. 12, p. 1-10, 15 fev. 2023.

NAVIA, Ricardo; KOHAN, Walter (org). Ensino médio de filosofia nas presentes condições culturais e sociais de nossos países. In: Filosofia caminhos para o seu ensino. Rio de Janeiro. DP&A. 2004.

FRAU, Erica Cristina; SILVA, Paulo Rogério da; ARAUJO, Daniel José de. O Ensino Médio: BNCC e os 17 Objetivos Filosofia no Novo Ensino Médio: BNCC e os 17 Objetivos Filosofia no Novo Ensino Médio: BNCC e os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. **REFilo**, Ribeirão Preto, SP, p. 1-17, 15 fev. 2023.

CERLETTI, Alejandro, O ensino de filosofia como problema filosófico/ Alejandro

Cerletti, tradução Ingrid Miller Xavier]. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

Pin, S. A. (2019). A Filosofia no Ensino Médio: construindo uma nova visão do docente. *Argumento*, (13), 11–24. Recuperado de <https://periodicos.ufba.br/index.php/argum/article/view/29796>

SILVA, A. V. M. da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 16, n. 70, p. 197–209, 2017. DOI: 10.20396/rho.v16i70.8644737. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737>. Acesso em: 17 fev. 2023

QUEIROZ, M. T. S. Desafios à educação num mundo globalizado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 19, n. 1, 2012. DOI: 10.21573/vol19n12003.25369. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/25369>. Acesso em: 17 fev. 2023.

THOMAZ, Lurdes. A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo; 2009; Orientação de outra natureza; (Programa de Desenvolvimento Educacional) – Universidade Estadual de Ponta Grossa; Orientador: Rita de Cássia da Silva Oliveira.

CORRÊA, S. de S.; GARCIA, S. R. de O. “Novo ensino médio: quem conhece aprova!” Aprova?. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n. 3, p. 604–622, 2018. DOI: 10.21723/riaee.v13.n2.2018.11469. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11469>. Acesso em: 17 fev. 2023.

Brasil. Ministério da Educação. Novo Ensino Médio – Perguntas e respostas.[Brasília]: MEC, [2018?] Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>> Acesso em 18 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

GT, ANPOF. Filosofar e Ensinar a Filosofar. A implementação do novo ensino médio: um estudo preliminar sobre a presença da Filosofia nos currículos estaduais. 2021.